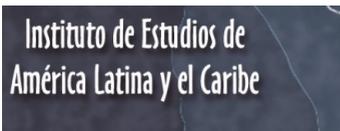


Honduras 2013

Golpe de estado, elecciones y tensiones del orden político

Esteban De Gori (ed.)



INSTITUTO DE INVESTIGACIONES
GINO GERMANI
Facultad de Ciencias Sociales
Universidad de Buenos Aires



Serie Académica

Honduras 2013 : golpe de estado, elecciones y tensiones del orden político / Esteban De Gori ... [et.al.] ; edición literaria a cargo de Esteban De Gori. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Sans Soleil Ediciones Argentina, 2015.
E-Book.

ISBN 978-987-45205-2-4

1. Sociología. 2. Política Latinoamericana. I. De Gori, Esteban II. De Gori, Esteban, ed. lit.

CDD 320.098

Obra editada bajo licencia Creative Commons 3.0:
Reconocimiento - No Comercial - Sin Obra Derivada
(by-nc-nd)

No se permite un uso comercial de la obra original ni la generación de obras derivadas. Siempre que se utilice esta obra tendrá que reconocerse su autoría.

-© 2014, de los autores

-© 2014, de la edición, Sans Soleil Ediciones Argentina.

Se puede por tanto compartir esta obra siempre y cuando se respeten las condiciones de la licencia Creative Commons.

Diseño de la portada: Sans Soleil Ediciones

Maquetación: Sans Soleil Ediciones

Hecho el depósito que prevé la ley 11.723

ÍNDICE

PRESENTACIÓN, <i>Esteban De Gori</i> ,	6
1. CRISE RIMA COM AMÉRICA CENTRAL: O JOGO QUE NÃO TERMINA EM HONDURAS E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL, <i>Aleksander Aguilar</i>	8
2. EL PARTIDO LIBERAL DE HONDURAS TRAS LAS ELECCIONES DE 2013, <i>Natalia Ajenjo</i>	17
3. ESTADO DE DERECHO, ELECCIONES Y DEMOCRACIA EN HONDURAS: ¿HACIA UNA DEMOCRACIA PLURAL O HACIA UNA GOBERNABILIDAD AUTORITARIA Y TUTELADA?, <i>Marvin Barahona</i>	27
4. INTERPRETACIÓN DE LA CRISIS POLÍTICA Y EL PROCESO ELECTORAL DE 2013, <i>Álvaro Calix</i>	34
5. LA RECONFIGURACIÓN DEL SISTEMA POLÍTICO EN HONDURAS: APRENDIZAJES PARA CENTROAMÉRICA, <i>ELVIRA CUADRA LIRA</i>	46
6. ZELAYA: DEL PALACIO A LA PLAZA, <i>ESTEBAN DE GORI</i>	53
7. HONDURAS: TESTIMONIO DE UNA RESISTENCIA, <i>KATIA LARA</i>	62
8. CRÓNICAS POLÍTICAS, <i>ARIEL MAGIRENA</i>	74
9. LOS PARTIDOS EN HONDURAS TRAS EL 2009: NUEVOS ACTORES, NUEVOS RETOS, <i>PATRICIA OTERO FELIPE</i>	80

10.	PARTIDO LIBRE: FIN AL BIPARTIDISMO Y ¿AHORA QUÉ?, <i>MARIELA PINZA</i>	94
11.	LA POLITIZACIÓN DE LA DIVERSIDAD Y LA CONSTRUCCIÓN DE UN NUEVO “ENEMIGO INTERNO”, <i>KRISTINA PIRKER</i>	103
12.	¿DEMOCRACIA PARA LA SEGURIDAD DE QUIÉNES?, <i>SILVINA M. ROMANO</i>	112
13.	VEINTE TOMAS DE LA PELÍCULA: ELECCIONES EN HONDURAS, <i>ALFREDO SERRANO MANCILLA</i>	121
14.	HONDURAS ELECCIONES 2013: ENTRE EL TRIUNFO CUESTIONADO DE LAS FUERZAS GOLPISTAS Y EL AVANCE DE LA IZQUIERDA SUR- GIDA DE LA RESISTENCIA, <i>EUGENIO SOSA</i>	125
15.	HONDURAS-EL SALVADOR: LA COMPLICIDAD DE LAS DERECHAS, <i>CARMEN ELENA VILLACORTA</i>	134
16.	EL PAPEL DE ESTADOS UNIDOS EN HONDURAS, <i>SONIA WINER</i> ...	142

PRESENTACIÓN

Este libro denominado “Honduras 2013: golpe de estado, elecciones y tensiones del orden político” es un esfuerzo colectivo por interpretar una compleja y dramática coyuntura. Una coyuntura política rica y en constante movimiento, como solo la acción de los actores que luchan por el poder pueden ofrecerlos. Es decir, este libro es un mirador para introducirse en una realidad desde diversas miradas, trayectorias y perspectivas.

El lector encontrará un conjunto de textos de diversos intelectuales, investigadores, investigadoras, analistas y periodistas, los y las cuales abordan el corto y vertiginoso proceso que se extiende desde el derrocamiento del presidente Manuel Zelaya (2009) hasta las elecciones de noviembre de 2013 y sus posibles consecuencias. En este sentido, se buscó observar y analizar un proceso que se inicia con una gran crisis ocasionada por un golpe de estado hasta el intento por “cerrar” dicha crisis con la realización de un proceso electoral. Cada autora y cada autor han aportado una propuesta intelectual valiosa e interesante para aquellas personas interesadas en la historia política de la América Latina actual y, especialmente, de la región centroamericana.

La idea de este libro surgió del un Proyecto de investigación financiado por la Universidad de Buenos Aires (UBACyT 20020110200103), “Elites políticas, culturales y económica en Centroamérica” –dirigido por Esteban De Gori y codirigido Julieta Rostica– radicado en el Instituto de Investigaciones Gino Germani (UBA) y del Grupo de Estudios sobre Centroamérica –coordinado por Julieta Rostica– radicado en el Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC).

Para aquellos y aquellas que colaboraron con este libro, va nuestro inmenso agradecimiento ya que sabemos que han pues-

to entre paréntesis sus actividades para presentar sus artículos, como también extendemos nuestra gratitud a Marina Gutiérrez de Angelis y a Gorka López de Munain que han diagramado y cuidado esta edición.

Por último, esperamos que disfruten de este libro urgente, entusiasta y, fundamentalmente, comprometido con las complejidades de su tiempo histórico.

ESTEBAN DE GORI
BUENOS AIRES, 2014

CRISE RIMA COM AMÉRICA CENTRAL: O JOGO QUE NÃO TERMINA EM HONDURAS E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

Por Aleksander Aguilar
(antular@hotmail.com)

Numa pesquisa de primeira varredura no Google em que se digita “Brasil e Honduras” os inúmeros resultados do buscador da web serão repetitivos: a seleção brasileira goleou o time do país centro-americano por 5 a 0 no último amistoso preparatório para a Copa do Mundo de 2014 entre as duas equipes. Mas outro jogo, em política internacional, que também envolveu os dois países, persiste desde 2009 e os resultados dessa vez tem sido desfavoráveis para a democracia, a justiça e o desenvolvimento hondurenho. Considerados os níveis de violência, repressão, denúncias de fraude e manipulação de resultados da controversa eleição geral de 2013, não é simples retórica afirmar que o golpe de Estado em Honduras ainda não terminou.

Nessas polêmicas eleições os resultados finais, sob contenda adentrado o ano de 2014, deram vitória ao candidato governista do Partido Nacional, Juan Orlando Hernandez. Poderiam, no entanto, ter servido para deixar definitivamente para trás o golpe iniciado no dia 28 de junho de 2009, quando Honduras, que como país centro-americano tem importância modesta na grande arena internacional, ao lado da crise econômica globalizada acabou por também atrair as atenções da política mundial. Mas crise rima com América Central. É o que o retrospecto histórico nos evidencia e os fatos sociopolíticos atuais nos con-

firmam. A extravagante crise política em Honduras instaurada naquele ano teve cruciais desdobramentos até o presente. E o envolvimento do Brasil lá no início dessa dura partida, em particular, tão único quanto determinante, marca um capítulo especial, uma alteração do padrão do tipo baixo perfil das relações do país com o istmo com repercussão regional e importância para ambos.

Nesse pleito que controversamente elegeu Hernandez, o primeiro processo eleitoral pós-golpe com a participação dos setores populares reorganizados em um novo partido, LIBRE (*Libertad y Refundación*), outra vez o nome Zelaya esteve nas urnas, mas agora foi o de Xiomara Castro de Zelaya, esposa do presidente legítimo deposto na crise de 2009, Manuel Zelaya. Depois do golpe a militância organizou-se na Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP), núcleo do que viria a constituir-se na agremiação política *Libre* e que impulsionou a candidatura presidencial de Xiomara. Atualmente o *Libre*, uma composição entre políticos egressos do Partido Liberal ao qual pertencia Zelaya e que reuniu movimentos sociais, centrais sindicais, agrupamentos de esquerda, e ONGs conseguiu romper em Honduras o bipartidarismo tradicional entre o Partido Liberal e o Partido Nacional, mas as sequelas do golpe de Estado permanecem.

É comum ouvir que o golpe de Honduras representou um retrocesso à democracia centro-americana, que havia sido recuperada a partir dos acordos de Esquipulas II – uma observação que não considera, contudo, que a retórica dos avanços das liberdades civis não alterou as reais estruturas de poder econômico e político. A grande maioria das populações dos países do istmo segue mergulhada em altíssimos níveis de pobreza e exclusão social, já que as aberturas de direitos políticos dos anos 90 deram-se sob o receituário neoliberal que não se preocupou em melhorar a vida dessas majorias e, assim, o

exercício pleno da cidadania segue restrito a pequenos grupos dominantes. Mesmo as Forças Armadas, supostamente subordinadas ao poder civil como consequência dos Acordos de Paz, podem ameaçar efetivamente a democracia, como nos mostrou o caso hondurenho. Honduras é o país centro-americano com a menor renovação de elites políticas e com a maior intervenção do poder empresarial na institucionalidade estatal, fortalecida justamente pelas privatizações neoliberais. Se olharmos para a história, para o golpe militar de 1963 contra o presidente liberal Ramón Villeda Morales, encontramos personagens que se repetem nas cúpulas das instituições políticas. Roberto Micheletti, por exemplo, presidente do Congresso hondurenho na época do golpe em 2009 e quem substituiu Zelaya até as novas eleições gerais controversamente realizadas em novembro do mesmo ano, foi membro da Guarda de Honra Presidencial do ex-presidente Villeda Morales que assim como Zelaya foi expulso do país para a Costa Rica.

Com uma população de aproximadamente oito milhões de habitantes, Honduras é um dos mais pobres e mais violentos países da América Latina. A renda per capita fica em torno de US\$ 4.000 e o índice de homicídios é de 86 por 100.000 habitantes (quatro vezes o índice brasileiro). A dívida pública, que comprometia 23% do PIB durante o governo de Manuel Zelaya, agora alcança 60% do PIB em função de empréstimos de curto prazo e a juros altos. A violência política e a criminalidade licenciosa tirou a vida de mais de 20 mil pessoas durante os últimos quatro anos. A precarização do trabalho também se reflete no atraso dos salários dos servidores públicos e há uma situação de militarização constante do país. A mídia corporativa hondurenha tem atuado como correia de transmissão dos interesses da extrema direita, profundamente vinculados ao governo dos Estados Unidos. Profissionais de comunicação que condenaram o golpe e se contrapõe ao oficialismo tem sofrido intensa

perseguição governamental também nesse período. Segundo Patricia Murillo, fundadora do curso de Jornalismo da Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH), 30 comunicadores foram assassinados desde o golpe e a impunidade é absoluta.

Como é sabido, com a deposição via força militar de Manuel Zelaya – obrigando sob a mira de fuzis a deixar o país numa cena digna de cinema ambientado nos anos 60 – estabeleceu-se um governo interino no país liderado por Micheletti. O golpe foi uma resposta da obscura elite hondurenha às medidas que Zelaya implementava, orientadas à justiça social e contra a corrupção e o privilégio estatal, além de diversificação das opções em política internacional que distanciavam Honduras dos Estados Unidos. Zelaya tentou realizar uma consulta popular não-vinculante que poderia possibilitar a realização de um plebiscito para produzir reformas constitucionais no governo a ser empossado em janeiro de 2010 – uma reforma inclusive em acordo com recomendações do PNUD (2004) sobre democracia na América Latina, da necessidade de se avançar de uma democracia eleitoral para uma democracia de cidadania. Esta atitude levou membros do próprio partido do ex-presidente a decretar à inconstitucionalidade do procedimento, apoiados por setores do poder Judiciário e das Forças Armadas, e assim a justificativa para o golpe, num bárbaro paradoxo, seria o risco de deturpação da democracia. O ato teve a rápida condenação da Organização dos Estados Americanos (OEA), de onde Honduras foi suspenso, e da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Zelaya fez uma rodada de visitas países latino-americanos em busca de apoio, entre eles o Brasil.

O Brasil também condenou o golpe desde o princípio. O ex-presidente Lula abre a Assembleia Geral da ONU em 2009 manifestando repúdio. A posição de Brasília foi de que a resolução da crise hondurenha passaria pela plataforma do Acordo de

São José que tinha como um dos principais pontos a restituição do presidente Zelaya para concluir pacificamente seu período de governo. Não se cumpriu. O governo golpista ganhou tempo com táticas dilatórias e conseguiu, naquela eleição de novembro, estabelecer seu sucessor com eleições convocadas durante o estado de exceção e ante muita crítica e polêmica. E assim o pleito que a esquerda não disputou resultou na eleição de Porfirio Lobo, deixando latente muitas insatisfações e tensões políticas. Em 21 de setembro daquele ano, porém, Zelaya regressa secretamente a Honduras por meio da fronteira com a Nicarágua. E foi nesse retorno, precisamente, que o Brasil tornou-se um jogador fundamental na acirrada partida hondurenha. Marcou um importante gol nesse jogo perigoso, pese leituras diferentes de quem parece não assistiu à partida direito, com o acolhimento de Zelaya durante quatro meses na embaixada brasileira em Tegucigalpa. Os norte-americanos livraram-se, com essa postura brasileira, de marcar um gol contra, ameaçados que estavam de uma conivência velada com os golpistas por omissão, já que o governo dos Estados Unidos inicialmente comportou-se com uma morosidade vista por muitos como consciente e premeditada. Os Estados Unidos fez-se de omisso e anunciou seu respaldo àquelas eleições realizadas em condições de repressão. O Brasil, porém, abriu espaço até a pequena área e chutou pra rede sem hesitar diante daqueles que tentaram ficar na trajetória da bola.

Argumentar que essa posição da diplomacia brasileira foi errante, que a América Central não é e nunca foi um foco historicamente privilegiado da política externa do Brasil, como alguns críticos nacionais demarcaram, revela estreiteza analítica ou simples má-fé. O argumento, torpe, baseia-se na observação da política norte-americana que, sob a lógica imperialista da Doutrina Monroe, ou da Doutrina de Segurança Nacional, principalmente em fins do século XIX e durante o século XX, destinou

importante atenção ao istmo centro-americano, e portanto não deixou espaço nem razão para a preocupação e influência do Brasil. Alegaram que o Itamaraty estava deixando sua tradicional posição de “equilíbrio” para se envolver numa disputa que não era sua, como se democracias e ditaduras nas vizinhanças não dissessem respeito a um país em pleno processo de consolidação de liderança regional. Mas a crise revelou a debilidade dos mecanismos de integração regional do istmo, como o *Sistema de la Integración Centroamericana* (SICA) e o *Parlamento Centroamericano* (PARLACEN), e se é fato que no desfecho se evidenciou o ainda forte peso dos EUA na região, é verdade também que foi a intervenção brasileira, firmemente manifesta ao receber Zelaya, que abriu a oportunidade e ao mesmo tempo forçou os Estados Unidos a agirem. A secretária de Estado norte-americano, Hillary Clinton, chegou a afirmar que a presença de Zelaya no país era a perfeita oportunidade para que fosse retomado a ordem constitucional com a sua reconstituição a presidência do país, e foi só aí, logo do envolvimento do Brasil, que Thomas Shannon, então sub-secretário de Estado para a América Latina, visitou Honduras para impulsionar um acordo que incluía a restituição do presidente.

O Brasil foi escalado para o jogo da crise hondurenha e com isso seu protagonismo na América Central transcendeu a estratégia de lenta aproximação com o istmo que esteve desenvolvendo a partir, principalmente das estreitas relações com El Salvador desde pelo menos 2008. A decisão brasileira de receber Zelaya na embaixada em Tegucigalpa foi coerente com busca de um maior reconhecimento nas relações internacionais latino-americanas e com postura universalista da sua política externa. E embora a concessão brasileira de abrigo tenha sido acertada e em acordo com a tradição diplomática e com os direitos humanos, o resultado do jogo, com a anistia aos autores do golpe e a Zelaya, fez com que o Brasil acabasse por reconhecer Por-

firio Lobo, dois anos depois da sua eleição, e os críticos da sua diplomacia aproveitaram para tentar enfraquecer a posição que o país construiu, válida mesmo com a importante vitória nesse jogo conquistada por Micheletti e seu grupo, que diante de toda uma comunidade internacional conseguiu manter-se no poder até a eleição de Lobo, e que nas eleições de 2013 ignora as denúncias de fraude, mantendo o novo nome da direita, Orlando Hernandez, como o vencedor do pleito presidencial.

Então à pergunta de qual teria sido os ganhos da hospedagem de Zelaya e da defesa de uma perspectiva democrática, sob a ótica da diplomacia brasileira, antigolpista em Honduras, espanta aos críticos liberais que não tenha sido o de abrir caminho para negócios vultosos para empresários brasileiros naquela região. Ora, o potencial econômico daquela localidade do continente é realmente pequeno para o Brasil. Em 2012, segundo dados da Divisão de Inteligência Comercial do Ministério de Relações Exteriores brasileiro, o Brasil obteve a 26ª posição entre os principais destinos das exportações hondurenhas, com 0,2% de participação no total exportado, e obteve o 16º lugar das importações, representando 0,8% do total das compras hondurenhas no mesmo ano. Já o ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, Honduras figurou como o 105º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 23,6%. As exportações nacionais também apresentaram declínio de 31,4% neste intervalo, mesmo com o aumento de 130,9% das importações originadas do país em questão. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 141,9 milhões em 2008, para US\$ 108,4 milhões em 2012.

Os principais vínculos entre o Brasil e Honduras não são de ordem econômica-comercial, mas sim política, principalmente entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e a nova esquerda do país centro-americano organizada no *Libre*. Os laços entre

a organização hondurenha e o PT brasileiro, porém, permaneceram, e estreitaram-se e Lula chegou a gravar um vídeo em apoio à campanha de Xiomara, que foi proibido de ser vinculado pelo Supremo Tribunal Eleitoral hondurenho. Na mensagem, Lula afirma que a candidatura de Xiomara é “um grande momento de renovação e esperança para Honduras” e pode fazer o país “se reencontrar com a democracia, o progresso e a justiça”.

O pleito, porém, caracterizou-se por numerosas denúncias de irregularidades, desde a hostilidade a observadores internacionais até a compra de votos por parte dos Nacionalistas por comida ou dinheiro. O ex-juiz espanhol, Baltasar Garzón, conhecido por suas posições a favor da memória histórica, como a condenação do ditador chileno Augusto Pinochett, foi integrante da missão da Federação Internacional de Direitos Humanos e falou explicitamente sobre fraude eleitoral. A recomendação de Kjeld Jakobsen, observador eleitoral internacional representando o PT foi de que o partido não reconheça a vitória de Hernandez e siga de perto a vida política do país para estreitar relações com o *Libre*, seus parlamentares e prefeitos. A sugestão é de que as organizações sindicais e sociais brasileiras façam o mesmo com suas contra-partes hondurenhas.

Nas últimas quatro eleições o sistema político hondurenho vem sofrendo crescentes questionamentos e a hora é de aproveitar a oportunidade aberta pelo golpe, isto é, o fim do bipartidarismo e dos tradicionais equilíbrios de poder. Agora, o *Libre*, o *Partido Anticorrupción* e parlamentares do *Partido Innovación y Unidad*, construíram um pacto para fazer oposição ao governo de Hernandez. Vale dizer que *Libre* está integrado por militantes de vários movimentos sociais e a relação no partido é um tema complexo. A via de oposição escolhida pelo partido pode causar descontentamento em parte de suas bases, que tinham altas expectativas num projeto comprometido com uma ordem geo-

política multipolar, mais voltada para o Sul global e que fomente processos pós-neoliberais. O resultado do pleito de 2013, manchado por fraude e que deixa latentes insatisfações, não atenderá os problemas fundamentais da sociedade hondurenha, e seguirá a luta campesina, dos povos indignas dos trabalhadores e trabalhadoras das cidades do país.

O jogo ainda não acabou.

RECIFE, BRASIL, JANEIRO 2014

Aleksander Aguilar é jornalista, mestre em Estudos Internacionais (Universidade de Barcelona) e doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde coordena o Grupo de Estudos América Central (GEAC), do Núcleo de Pesquisas Desenvolvimento e Região (D&R).